



PM-BA

Curso de Formação de Oficiais (CFO)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos: verbais extraídos de livros e periódicos contemporâneos; mistos (verbais/não verbais) e não verbais; textos publicitários (propagandas, mensagens publicitárias, outdoors, etc).....	1
Nomes e verbo. Flexões nominais e verbais.....	3
Advérbio e suas circunstâncias de tempo, lugar, meio, intensidade, negação, afirmação, dúvida, etc	7
Palavras de relação intervocabular e interoracional: preposições e conjunções	8
Frase, oração, período. Elementos constituintes da oração: termos essenciais, integrantes e acessórios. Coordenação e Subordinação	11
Sintaxe de colocação	19
Concordância	21
Regência	23
Crase	26
Formas de discurso: direto, indireto e indireto livre.....	27
Semântica: sinonímia, antonímia e heteronímia	31
Pontuação e seus recursos sintático-semânticos	34
Acentuação.....	38
Ortografia.....	41
Diferença entre redação técnica (oficial) e redação estilística e suas respectivas características	42
Correspondência oficial: conceito e tipos de documentos. Diferença entre ofício e memorando	44
Questões	59
Gabarito.....	65

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos verbais e não-verbais	1
Substantivos: Formação do plural: regular, irregular e casos especiais	4
Gênero. Contáveis e não-contáveis	11
Formas possessivas dos nomes. Modificadores do nome.....	14
Artigos e Demonstrativos: Definidos, indefinidos e outros determinantes. Demonstrativo de acordo com a posição, singular e plural	18

SUMÁRIO



Adjetivos: Grau comparativo e superlativo: regulares e irregulares. Indefinidos	23
Numerais Cardinais e Ordinais.....	28
Pronomes: Pessoais: sujeito e objeto. Possessivos: substantivos e adjetivos. Reflexivos. Indefinidos. Interrogativos. Relativos.....	30
Verbos (Modos, tempos e formas): Regulares e irregulares. Auxiliares e impessoais... Modais	34 38
Two-word verbs	47
Voz ativa e voz passiva	50
O gerúndio e seu uso específico	52
Discurso direto e indireto	53
Sentenças condicionais.....	55
Advérbios: Tipos: frequência, modo, lugar, tempo, intensidade, dúvida, afirmação	59
Expressões adverbiais	62
Palavras de relação: Preposições. Conjunções.....	68
Derivação de palavras pelos processos de prefixação e sufixação.....	71
Semântica / sinonímia e antonímia	76
Questões	77
Gabarito.....	81

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: Números Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos (forma algébrica e forma trigonométrica). Operações, propriedades e aplicações	1
Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica.....	23
Álgebra: Expressões algébricas	28
Polinômios: operações e propriedades	32
Equações polinomiais e inequações relacionadas.....	39
Funções: generalidades. Funções elementares: 1º grau, 2º grau, modular, exponencial e logarítmica, gráficos. Propriedades	47
Sistemas lineares, Matrizes e Determinantes: Propriedades, aplicações.....	70
Análise Combinatória: Arranjos, Permutações e Combinações simples, Binômio de Newton e Probabilidade em espaços amostrais finitos.....	84
Geometria e Medidas: Geometria plana: figuras geométricas, congruência, semelhança-perímetro e área	93
Geometria espacial: paralelismo, perpendicularismo entre retas e planos, áreas e volumes dos sólidos geométricos: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera.....	96
Geometria analítica no plano: retas, circunferência e distâncias	104
Trigonometria: razões trigonométricas, funções, fórmulas de transformações trigonométricas, equações e triângulos.....	115
Proporcionalidade : Grandezas proporcionais	127

SUMÁRIO



Finanças: Porcentagem. Acréscimos e descontos. Juros: Capitalização simples e Capitalização composta.....	132
Tratamento da Informação: Estatística: Estatística descritiva, resolução de problemas-tabelas, medidas de tendência central e medidas de dispersão. Gráficos estatísticos usuais	137
Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras)	151
Questões	164
Gabarito.....	174

INFORMÁTICA

Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos (Word, Writer) planilhas (Excel, Calc) e apresentações (PowerPoint, Impress); Microsoft Office (versão 2007 e superiores) e LibreOffice (versão 5.0 e superiores)	1
Sistemas operacionais Windows 7, Windows 10 e Linux. Organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Atalhos de teclado, ícones, área de trabalho e lixeira	42
Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.....	82
Correio eletrônico	88
Computação em nuvem	94
Certificação e assinatura digital.....	97
Segurança da Informação	100
Componentes de um computador. Dispositivos de armazenamento, processadores-memórias e periféricos	103
Questões	108
Gabarito.....	117

HISTÓRIA DO BRASIL

Antiguidade.....	1
Mundo Medieval	4
Mundo Moderno	7
Mundo Contemporâneo.....	9
Brasil Colônia	12
Brasil Império.....	14
Brasil República (de 1889 aos dias atuais)	17
Aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX.....	20
A globalização e as questões ambientais.....	23

SUMÁRIO



História da Bahia. Independência da Bahia. Revolta de Canudos. Revolta dos Malês. Conjuração Baiana. Sabinada.....	26
Atualidades.....	30
Questões	200
Gabarito.....	205

GEOGRAFIA DO BRASIL

A relação sociedade-natureza Os mecanismos da natureza	1
Os recursos naturais e a sobrevivência do homem	6
As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo ..	10
O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente	13
Estruturação econômica, social e política do espaço mundial Capitalismo, industrialização e transnacionalização do capital.....	16
Economias industriais e não industriais: articulação e desigualdades.....	19
As transformações na relação cidade-campo	23
Industrialização e desenvolvimento tecnológico: dominação/subordinação político econômica	28
O papel do Estado e as organizações político-econômicas na produção do espaço	31
Fundamentos econômicos, sociais e políticos da mobilidade espacial e do crescimento demográfico.....	35
A divisão internacional e territorial do trabalho.....	38
O fim da Guerra Fria.....	41
A desagregação da URSS.....	44
A nova ordem econômica mundial	47
O Processo De Ocupação E Produção Do Espaço Brasileiro	50
A formação territorial do Brasil e sua relação com a natureza	53
O processo de industrialização brasileira e a internacionalização do capital	56
Urbanização, metropolização e qualidade de vida.....	59
Estrutura e produção agrária e impactos ambientais	62
População: crescimento, estrutura e migrações, condições de vida e de trabalho	65
O papel do Estado e as políticas territoriais.....	68
A regionalização do Brasil: desenvolvimento desigual e combinado	71
Questões	73
Gabarito.....	79

SUMÁRIO



DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos princípios fundamentais	1
Dos direitos e garantias fundamentais: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Da nacionalidade; Dos direitos políticos.....	2
Da organização do Estado: Da Administração Pública; Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	16
Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Das Forças Armadas; Da segurança pública	26
Constituição do Estado da Bahia: Dos servidores públicos militares; Do Poder Executivo: Das Disposições Gerais; Das atribuições do Governador do Estado; Da Justiça Militar; Da Segurança Pública; Da Família; Dos Direitos Específicos da Mulher; Da Criança e do Adolescente; Do Idoso; Do Deficiente; Do Negro; Do Índio.....	29
Questões	39
Gabarito.....	46

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948.....	1
Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica) (arts. 1º ao 32)	5
Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/69)	15
Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Decreto nº 4.377/02)	24
Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa (Lei Estadual nº 13.182/14)	35
Questões	49
Gabarito.....	57

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios fundamentais da administração pública	1
Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	7
Atos administrativos: Conceito; atributos; requisitos; classificação; Extinção.....	17
Organização administrativa: Órgãos públicos: conceito e classificação; Entidades administrativas: conceito e espécies.....	34
Agentes públicos: classificação.....	40
Regime jurídico do militar estadual: Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual n.º 7.990/01 - arts 1º ao 92)	59



Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018 – arts 1º ao 32)	81
Questões	92
Gabarito	98

DIREITO PENAL

Princípios do Processo Penal	1
Inquérito Policial	7
Da Prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito	20
Da Prisão (arts 283 a 309 do CPP)	51
Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41)	58
Contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil (Lei nº 7.437/85)	66
Lei nº 13.869/19 (Das sanções de natureza civil e administrativa; Dos crimes e das penas)	67
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90 – arts. 1º ao 6º; 15 a 18- B; 98 a 130; 225 a 258)	75
Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89)	91
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15 – arts 1º a 13; 88 a 91)	94
Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97)	99
Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03 – arts 1º ao 10)	100
Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06)	102
Lei que institui o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Lei n.º 11.343/06 – arts 1º ao 4º, 33 ao 39)	114
Questões	117
Gabarito	124

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Dos crimes militares em tempo de paz: Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar (Do motim e da revolta; Da alicição e do incitamento; Da violência contra superior ou militar de serviço; do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda; Da insubordinação, Da resistência)	1
Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar (Insubmissão, Criação ou simulação de incapacidade física; Da deserção – arts 187 a 194; Abandono de posto; Descumprimento de missão, Embriaguez em serviço, Dormir em serviço)	8
Dos crimes contra a Administração Militar (Do desacato e da desobediência)	9
Questões	14
Gabarito	17

SUMÁRIO



DIREITO PENAL MILITAR

Da aplicação da lei penal: Lei penal no tempo; Lei penal no espaço	1
Do crime: Elementos; Consumação e tentativa; Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior; Crime impossível	12
Causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade	19
Dos crimes contra a pessoa (homicídio, feminicídio, lesão corporal, calúnia, difamação e injúria); Dos crimes contra a liberdade pessoal (constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado).....	49
Dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, receptação).....	94
Dos crimes contra a dignidade sexual (estupro, importunação sexual, assédio sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores).....	131
Dos crimes contra a paz pública (incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso)	152
Dos crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção passiva, prevaricação, condescendência criminosa, resistência, desobediência, desacato, corrupção ativa, contrabando).....	156
Questões	186
Gabarito.....	193

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Do Inquérito Policial Militar	1
Da prisão em flagrante	10
Da deserção em geral: Do processo de deserção do oficial; Do processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial.....	14
Questões	15
Gabarito.....	19

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A habilidade de interpretar textos verbais e não-verbais é essencial para compreender informações em diversos contextos. Este tema é amplamente explorado em concursos públicos, especialmente na área de Educação, exigindo competências analíticas e interpretativas.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

▪ **Textos verbais:** Utilizam palavras, seja na forma escrita ou falada, para transmitir uma mensagem. Exemplos: livros, cartas, discursos.

▪ **Características:** dependem de vocabulário e contexto; apresentam sequência lógica.

▪ **Textos não-verbais:** Comunicam-se por meio de imagens, símbolos, cores e outros elementos gráficos. Exemplos: sinais de trânsito, logotipos, diagramas.

▪ **Características:** transmitem significado visual; frequentemente demandam análise do contexto cultural e social.

Estratégias de Interpretação:

▪ **Compreensão isolada e integrada:** Ler o texto verbal e interpretar o não-verbal, buscando conexões entre eles.

▪ **Análise de elementos-chave:** Identificar palavras, imagens ou símbolos centrais que guiam o entendimento.

▪ **Contextualização:** Avaliar o público-alvo, o propósito comunicativo e o cenário em que o texto está inserido.

Exemplos Práticos e Aplicações:

▪ **Charges:** Interpretar como o texto verbal complementa a imagem para criar humor ou crítica.

▪ **Propagandas:** Analisar como slogans (texto verbal) e imagens reforçam a mensagem publicitária.

▪ **Infográficos:** Examinar a relação entre dados visuais e explicações escritas para compreender o conjunto.

ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

Interpretar textos verbais e não-verbais exige uma combinação de habilidades analíticas, sensibilidade ao contexto e prática. As estratégias a seguir são fundamentais para compreender mensagens, especialmente em textos que mesclam elementos visuais e linguísticos.

► Leitura Isolada e Integrada

Leitura Isolada:

- Analise os componentes verbais (palavras, frases) e não-verbais (imagens, gráficos) separadamente.
- Identifique o conteúdo principal de cada elemento.

Leitura Integrada:

- Relacione os elementos verbais e não-verbais, buscando complementaridade.
- Pergunte-se como um reforça ou esclarece o outro para formar o significado completo.

Exemplo:

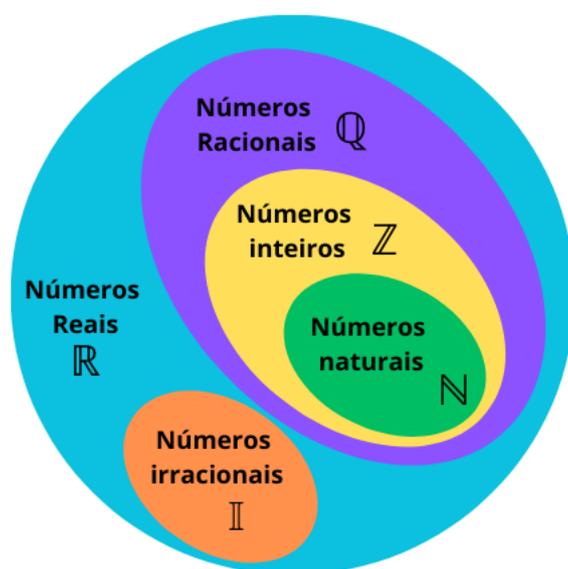
▪ Em uma propaganda, leia o slogan (texto verbal) e observe como as cores e imagens reforçam a mensagem emocional ou prática.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



— CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

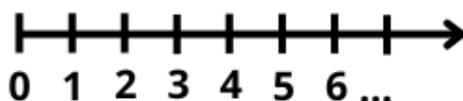
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.





MICROSOFT OFFICE

O Microsoft Office é um pacote de aplicativos que conta com soluções para processamento de texto, planilha de cálculos, apresentações gráficas, aplicativos de e-mails e etc¹. O anúncio do pacote foi efetuado por Bill Gates em agosto de 1988 em Las Vegas, na Comdex. Na primeira versão, tinha apenas três aplicativos: Word, Excel e PowerPoint.

Caso um computador não tenha o programa instalado, não tem problema, já que há também o serviço de nuvem. Ou seja, você conseguirá usar o serviço a partir da Internet. Além disso, ele é integrado com o OneDrive, permitindo que os arquivos sejam acessados em diferentes dispositivos. Os programas também são compatíveis com telas sensíveis ao toque.

Um dos propósitos do pacote Office é acrescentar ao número de funcionalidades que seus programas têm. Há várias versões disponibilizadas para venda, dependendo do perfil do usuário e da quantidade de programas desejados. Depois de fechar parceria com fabricantes de *tablets* que funcionam por Android, o Office já vem instalado nos dispositivos de várias marcas, como Samsung, LG e Dell.

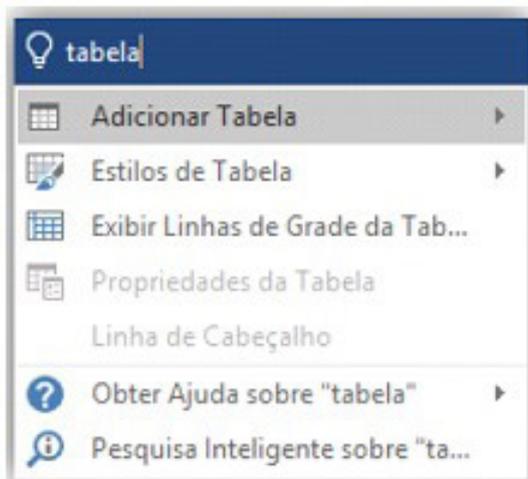
- **WORD 2016**

Essa versão de editor de textos vem com novas ferramentas e novos recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática².

O Word 2016 está com um visual moderno, mas ao mesmo tempo simples e prático, possui muitas melhorias, modelos de documentos e estilos de formatações predefinidos para agilizar e dar um toque de requinte aos trabalhos desenvolvidos. Trouxe pouquíssimas novidades, seguiu as tendências atuais da computação, permitindo o compartilhamento de documentos e possuindo integração direta com vários outros serviços da web, como Facebook, Flickr, Youtube, Onedrive, Twitter, entre outros.

Novidades no Word 2016

– **Diga-me o que você deseja fazer:** facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente a ferramenta ou configurações que procurar.



¹ https://www.stoodi.com.br/blog/2018/12/26/pacote-office-o-que-e-como-baixar/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=Search-dsa-purchase&utm_content=54491818507&utm_term=to-das-as-paginas&gclid=CjwKC&ajwndvIBRANEiwABrR32EIKW2VdDxOBh_7Ru--piHmEzri5J7_-hhkVn0Py6P-cYOLuMWrvYuhocKmgQAvD_BwE

² <http://www.popescolas.com.br/eb/info/word.pdf>



A Antiguidade, tradicionalmente, refere-se a um período histórico que compreende as primeiras civilizações organizadas do mundo, abrangendo sociedades como a suméria, egípcia, grega e romana. É um momento marcante para a humanidade, caracterizado pela consolidação da agricultura, o surgimento da escrita, a organização estatal e avanços em ciência, arte e filosofia. A influência dessas civilizações ultrapassou fronteiras temporais e geográficas, moldando o desenvolvimento de culturas e estruturas sociais que definiram o mundo ocidental.

No contexto brasileiro, o conceito de Antiguidade pode parecer distante, dado que o território que hoje compreende o Brasil não foi diretamente impactado por essas civilizações durante sua formação. No entanto, as raízes da Antiguidade chegaram indiretamente ao país por meio da colonização europeia, particularmente pela ação de Portugal, que herdou práticas, instituições e valores de culturas antigas como a romana e a grega. Esses legados influenciaram aspectos cruciais da organização social, política e jurídica implantada no Brasil colonial.

Por outro lado, os povos indígenas que habitavam o território brasileiro antes da chegada dos europeus também possuíam suas próprias formas de organização social, práticas culturais e conhecimentos tecnológicos. Apesar de se desenvolverem de maneira independente das civilizações da Antiguidade clássica, alguns paralelos podem ser traçados, especialmente em relação ao manejo do ambiente, à transmissão oral de conhecimento e à construção de cosmovisões.

Ao explorar essas conexões, este texto busca revelar como a Antiguidade, mesmo que de forma indireta, contribuiu para moldar a formação histórica e cultural do Brasil. Essa perspectiva é essencial para compreender como ideias, tecnologias e valores antigos se enraizaram e se transformaram no contexto brasileiro, criando um diálogo rico entre o passado distante e o desenvolvimento de uma nova sociedade.

LEGADOS DA ANTIGUIDADE NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO OCIDENTAL E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL

Os legados das civilizações antigas, especialmente de gregos e romanos, desempenharam um papel central na formação cultural, política e jurídica do Ocidente. As bases lançadas na Antiguidade influenciaram diretamente as nações europeias, incluindo Portugal, que trouxe essas heranças para o Brasil durante o processo de colonização. Esses legados moldaram aspectos fundamentais da estrutura social, jurídica e econômica do Brasil colonial, criando vínculos históricos profundos entre a Antiguidade e a formação do país.

► O Direito Romano e a Administração Colonial

Um dos maiores legados da Roma Antiga foi o seu sistema jurídico, conhecido como Direito Romano, que formou a base do direito civil em grande parte do mundo ocidental. Portugal, como herdeiro dessa tradição, adotou princípios do Direito Romano em sua administração e transmitiu esses elementos ao Brasil.

▪ **Propriedade e Organização Territorial:** No período colonial, a ideia de propriedade privada e a organização das terras, como as capitanias hereditárias, refletiam os conceitos jurídicos romanos adaptados às necessidades do império ultramarino português.

▪ **Contratos e Relações Jurídicas:** A regulamentação das relações contratuais, herdada do Direito Romano, foi essencial para a gestão econômica do Brasil colonial, especialmente no comércio de mercadorias e na administração da mão de obra escrava.

► Influências Filosóficas e Políticas da Grécia e Roma

Os ideais filosóficos e políticos da Grécia e de Roma também tiveram impacto indireto no Brasil, especialmente por meio da formação intelectual dos líderes e administradores portugueses. Noções de organização estatal, como a divisão de poderes e a valorização da administração pública, foram adaptadas para o contexto colonial.



A relação entre a sociedade e a natureza é uma das temáticas centrais da geografia e de outros campos das ciências humanas e naturais. Trata-se de uma interação profunda, marcada tanto pela dependência da humanidade dos recursos naturais quanto pela capacidade das atividades humanas de modificar o ambiente. Essa relação, no entanto, não é simples ou linear, mas complexa e dinâmica, evoluindo ao longo do tempo em resposta às mudanças culturais, econômicas, tecnológicas e ambientais.

Desde os primórdios da civilização, os seres humanos extraem da natureza os recursos necessários para sua sobrevivência, como alimentos, água, materiais de construção e energia. Essa dependência direta moldou as primeiras formas de organização social, com comunidades estabelecendo-se em regiões com abundância de recursos. No entanto, à medida que as sociedades avançaram tecnologicamente, a exploração da natureza se intensificou, resultando em alterações significativas nos ecossistemas.

Por outro lado, os mecanismos naturais, como o ciclo da água, os sistemas climáticos e os ciclos biogeoquímicos, fornecem os serviços ecossistêmicos essenciais para a vida no planeta. Esses mecanismos são responsáveis por regular o clima, renovar recursos e manter o equilíbrio dos sistemas vivos. Qualquer interferência significativa nesses processos – como o desmatamento, a poluição e a emissão de gases de efeito estufa – pode desequilibrar a relação sociedade-natureza e gerar desafios para o desenvolvimento humano.

No contexto contemporâneo, a interdependência entre sociedade e natureza se tornou ainda mais evidente devido à crise ambiental global. Fenômenos como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez hídrica reforçam a urgência de compreender e respeitar os mecanismos naturais. Ao mesmo tempo, cabe à humanidade repensar suas práticas de uso dos recursos, desenvolvendo soluções sustentáveis que assegurem tanto o bem-estar da sociedade quanto a preservação ambiental.

Compreender essa interdependência é essencial para abordar os desafios do presente e construir um futuro onde as necessidades humanas e os limites ecológicos estejam em equilíbrio.

CICLO DA ÁGUA: UM MECANISMO VITAL PARA A VIDA E A SOCIEDADE

O ciclo da água é um dos principais mecanismos da natureza, essencial para a manutenção da vida no planeta. Ele descreve o movimento contínuo da água entre os diferentes compartimentos da Terra – atmosfera, superfície terrestre, oceanos e subterrâneo – por meio de processos como evaporação, condensação, precipitação, infiltração e transpiração.

Esse ciclo regula a distribuição de água doce, fundamental para a sobrevivência dos seres vivos e para o funcionamento das sociedades humanas.

▸ Processos do Ciclo da Água

O ciclo da água é caracterizado por uma série de etapas interconectadas:

- **Evaporação:** A energia solar aquece os corpos d'água, como oceanos, rios e lagos, transformando a água líquida em vapor.
- **Condensação:** O vapor d'água sobe à atmosfera, onde esfria e se condensa em gotículas, formando nuvens.
- **Precipitação:** Quando as gotículas se unem e atingem massa suficiente, retornam à superfície terrestre na forma de chuva, neve ou granizo.
- **Infiltração:** Parte da água da precipitação penetra no solo, recarregando os lençóis freáticos.
- **Transpiração:** As plantas liberam vapor d'água na atmosfera, contribuindo para o equilíbrio do ciclo.
- **Esvaziamento Superficial (Runoff):** A água que não infiltra no solo escorre pela superfície terrestre, alimentando rios, lagos e oceanos.



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.



Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none"> – É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação 	<ul style="list-style-type: none"> – É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, caput da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, caput da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



— Lei Penal no Tempo

A eficácia da Lei Penal no Tempo¹ encontra-se no art. 2.º do Código Penal, que diz:

Art. 2.º *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Parágrafo único. *A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.*

Vigência e revogação da lei penal

A lei penal, como todas as demais leis do ordenamento jurídico, entra em vigor na data nela indicada. Se não houver indicação na própria lei, aplica-se o disposto no art. 1.º, caput, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, que estabelece o prazo de 45 dias, após a publicação oficial, para que a lei entre em vigor no Brasil.

Denomina-se *vacatio legis* o período compreendido entre a publicação oficial da lei e sua entrada em vigor. Durante o período de *vacatio legis* aplica-se a lei que está em vigor.

Segundo o princípio do *tempus regit actum*, desde que a lei entra em vigor até que cesse sua vigência, rege ela todos os fatos abrangidos pela sua destinação.

Em regra, a lei permanecerá em vigor até que outra a modifique ou revogue, segundo o disposto no art. 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a não ser que ela se destine a vigência temporária.

A lei penal também não se aplica a fatos anteriores à sua vigência, sendo, portanto, irretroativa.

A regra estampada no art. 2.º, parágrafo único, do Código Penal, entretanto, permite à lei penal retroagir, quando for para beneficiar o réu, postulado que se encontra garantido no art. 5.º, XL, da Constituição Federal.

Conflito de leis penais no tempo

Como conciliar a vigência e a revogação sucessivas de leis penais no ordenamento jurídico, cada qual tratando do crime de forma diversa?

Para a solução dessa questão, temos dois princípios que regem os conflitos de direito intertemporal:

– O princípio da irretroatividade da lei mais severa, segundo o qual a lei penal mais severa nunca retroage para prejudicar o réu;

– O princípio da retroatividade da lei mais benigna, segundo o qual a lei penal mais benigna sempre retroage para beneficiar o réu.

Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo

Existem quatro hipóteses de conflitos de leis penais no tempo:

a) *abolitio criminis*, que ocorre quando a nova lei suprime normas incriminadoras anteriormente existentes, ou seja, o fato deixa de ser considerado crime;

b) *novatio legis incriminadora*, que ocorre quando a nova lei incrimina fatos antes considerados lícitos, ou seja, o fato passa a ser considerado crime;

c) *novatio legis in pejus*, que ocorre quando a lei nova modifica o regime penal anterior, agravando a situação do sujeito;

d) *novatio legis in melius*, que ocorre quando a lei nova modifica o regime anterior, beneficiando o sujeito.

¹ Andreucci, Ricardo. *Manual de direito penal. (16th edição).* SRV Editora LTDA, 2024.



— Princípios Processuais Penais

Princípio da Presunção de Inocência ou da Não Culpabilidade

Do princípio da presunção de inocência (*“todo acusado é presumido inocente até que se comprove sua culpabilidade”*) emanam quatro regras:

a) Regra probatória: cabe a quem acusa o ônus de provar legalmente e judicialmente a culpabilidade do imputado. Esta parte do princípio está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8º) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 14). Não existe presunção de veracidade dos fatos narrados em função da revelia, leia-se, não existe confissão ficta no processo penal, nem sequer quando o acusado não contesta os fatos descritos na peça acusatória.

b) Regra de tratamento: o acusado não pode ser tratado como condenado antes do trânsito em julgado final da sentença condenatória (CR, art. 5º, LVII).

c) Regra de julgamento ou valoração das provas:

d) Excepcionalidade das medidas cautelares:

À defesa restaria a demonstração da eventual presença de fatos caracterizadores de excludente de ilicitude e culpabilidade, cuja presença fosse por ela alegada. Sobre os inquéritos e ações penais em curso serem considerados maus antecedentes, o tema encontra-se pacificado. O STF já entendeu o seguinte:

É em razão de tal princípio que “o nome do réu só poderá ser lançado no rol dos culpados” após sentença condenatória transitada em julgado.

Outra repercussão do princípio é no campo das prisões anteriores ao trânsito em julgado. Defende-se, modernamente, que toda privação de liberdade antes do trânsito deve ostentar natureza cautelar, de modo a evitar mera antecipação da pena. Daí a razão pela qual ganhou força a tese de que a privação de liberdade antes do trânsito depende de fundamentos concretos e demonstrada a extrema necessidade.

Princípio do Favor Rei

Trata-se de um princípio com sérias aplicações práticas: 1) na dúvida, em favor do réu; 2) em caso de empate (o que costuma ocorrer no julgamento colegiado de HC), a decisão é em favor do réu.

Por meio de tal princípio, conclui-se que, se existir conflito entre o jus puniendi do Estado e o jus libertatis do acusado, deve prevalecer (na fase final de julgamento) o jus libertatis (in dubio pro reo). Vale dizer, na dúvida absolve-se o imputado. Para Tourinho Filho, este princípio é corolário do princípio da igualdade das partes, na medida em que procura equilibrar a posição do réu frente ao Estado na persecução penal.

Princípio da Imparcialidade do Juiz

O juiz para ser imparcial deve ter garantida a sua independência: independência funcional (é a independência interna dentro da própria magistratura, o juiz decide como achar melhor) e independência política (é a independência do Poder Judiciário frente aos demais Poderes, constituídos – Legislativo e Executivo – e fáticos – imprensa, por exemplo).

Não há jurisdição sem imparcialidade. Havendo dúvida fundada sobre a parcialidade do juiz, cabe exceção de suspeição. Cabe também exceção no caso de impedimento ou de incompatibilidade (arts. 252, 254 e 112 do CPP). Cumpre ressaltar, portanto, que no processo penal brasileiro não se admite juiz parcial. Se o Estado tem a missão de dar a cada um o que é seu (concepção aristotélica), só poderá realizá-la sendo imparcial.



— Capítulo I: Do Motim e da Revolta

Os crimes de motim e revolta são tratados nos artigos 149 a 153 do Código Penal Militar (CPM) e configuram graves infrações contra a hierarquia e a disciplina, que são pilares das instituições militares. Estes delitos, em sua essência, refletem situações de insubordinação coletiva que colocam em risco a coesão e a prontidão operacional das Forças Armadas e Auxiliares. A seguir, analisaremos detalhadamente esses crimes e os dispositivos correlatos.

Motim (Art. 149 do CPM)

O motim caracterize-se pela reunião de militares em quatro situações específicas:

1. Agir contra ordens recebidas de superior ou negarse a cumprilas: Trata-se da insubordinação coletiva em desacordo direto com ordens superiores, violando a hierarquia.

2. Recusa conjunta de obediência ou prática de violência contra superior: Aqui, há um componente de ação coletiva que pode envolver desobediência ou a imposição de resistência física.

3. Consentir em atos de recusa ou violência conjunta: A aquiescência com práticas de insubordinação coletiva também configura motim, ainda que o indivíduo não atue ativamente.

4. Ocupação de instalações ou uso de meios militares para desobediência ou violência: Inclui invasão ou ocupação de locais estratégicos como quartéis, hangares ou navios, comprometendo a ordem e a disciplina militar.

Revolta (Art. 149, Parágrafo Único do CPM)

A revolta é uma forma qualificada de motim que ocorre quando os agentes estão armados durante a prática do delito. Este agravante reflete o aumento do potencial ofensivo e do risco que a conduta representa à segurança e à disciplina militar.

Pena: A reclusão é de 8 a 20 anos, com aumento de um terço para os líderes.

Organização de Grupo para a Prática de Violência (Art. 150 do CPM)

Este delito consiste na reunião de dois ou mais militares com armamento ou material bélico de propriedade militar para a prática de violência contra pessoas ou bens, públicos ou privados. Não é necessário que a violência seja praticada dentro de instalações militares, bastando a presença de militares armados e o intento de promover ações violentas.

Pena: Reclusão de 4 a 8 anos.

Omissão de Lealdade Militar (Art. 151 do CPM)

A omissão de lealdade militar ocorre quando um militar, ao tomar conhecimento da preparação de motim ou revolta, deixa de informar ao superior hierárquico ou, ao presenciar o ato criminoso, não utiliza os meios ao seu alcance para impedir sua execução.

Esta norma reforça o dever de lealdade à instituição e a obrigação de agir ativamente para preservar a ordem e a disciplina militar.



Inquérito policial militar (IPM) ¹

O inquérito policial militar (IPM) é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. É um procedimento administrativo e inquisitivo, que obedece a uma sequência lógica prevista no CPPM, tendo por propósito a apuração de materialidade e indícios de autoria de eventual crime militar e, assim, proporcionar ao MINISTÉRIO Público Militar (MPM) o máximo de elementos possíveis à propositura da ação penal militar.

Ressalta-se que o Auto de Prisão em Flagrante (APF) constituirá o IPM, se contiver os elementos suficientes para elucidação do fato e sua autoria, conforme preceitua o art. 27 do CPPM.

Art. 27. *Se, por si só, for suficiente para a elucidação do fato e sua autoria, o auto de flagrante delito constituirá o inquérito, dispensando outras diligências, salvo o exame de corpo de delito no crime que deixe vestígios, a identificação da coisa e a sua avaliação, quando o seu valor influir na aplicação da pena. A remessa dos autos, com breve relatório da autoridade policial militar, far-se-á sem demora ao juiz competente, nos termos do art. 20.*

Natureza: O Inquérito Policial Militar tem natureza de instrução provisória.

Apesar do parágrafo único do art. 9º do CPPM aduzir que os exames, perícias e avaliações realizadas, regularmente, no curso do IPM sejam “efetivamente instrutórios da ação penal”, deve-se atentar para o fato de que *não há exercício do contraditório e da ampla defesa*, durante o inquérito, razão pela qual as conclusões dessas perícias e avaliações devem ser consideradas com a devida cautela e sob o crivo do contraditório, durante o processo.

A condenação criminal de qualquer pessoa, tomando por base, exclusivamente, elementos informativos realizados na fase de Inquérito Policial, conforme o art. 5º, inciso LV, da CF/1988, mostra-se inadmissível, tendo em vista que tais elementos são colhidos na fase investigativa, sem a necessária participação dialética das partes, ou seja, sem a obrigatória observância do contraditório e da ampla defesa.

Tal assertiva não importa em desconsiderar a importância e a legitimidade da utilização desses exames, perícias e avaliações na fase processual, seja porque há aqueles, como o exame necroscópico, colheita de impressões dactiloscópicas no local do crime, que embora não possam ser postergados, poderão ser sempre questionados judicialmente.

Eventuais irregularidades constatadas no curso do IPM não tem o potencial de causar nulidade ao processo penal que lhe suceda, uma vez que as nulidades processuais dizem respeito aos atos praticados em sede judicial e não extraprocessual.

O IPM será sempre instaurado por meio de portaria administrativa da autoridade de PJM, para a apuração do crime militar e de sua autoria. A instauração será de ofício, quando a própria autoridade tomar, diretamente, conhecimento do fato, em tese, caracterizado como crime militar, e provocada quando tal conhecimento ocorra de forma indireta.

Hipóteses de instauração de IPM

O art. 10 do CPPM estabelece seis hipóteses que justificam a instauração de IPM, a saber:

a) De ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.

¹ Carvalho, Alexandre Reis, D. e Amauri da Fonseca Costa. *Direito Processual Penal Militar. (Coleção Método Essencial). (2nd edição). Grupo GEN, 2022.*